

# A Questão do Ser e seu Fundamento Linguístico\*

## *Die Seinsfrage und ihre sprachliche Grundlage*

Ernst Tugendhat  
Professor aposentado da  
Universidade Livre de Berlim

**tradução\*\*** Fabricio Borges

Charles H. Kahn: “The verb ‘Be’ in Ancient Greek”, in: *The Verb ‘Be’ and its Synonyms*, hrsg. Von W.M. Verhaar, Part 6. Dordrecht 1973.2<sup>1</sup>

Independentemente de como tentemos hoje compreender de um novo modo as questões filosóficas fundamentais, é preciso tomar uma posição positiva ou negativa frente àquelas concepções em cuja tradição nascemos, uma tradição que é essencialmente determinada por Platão e Aristóteles. Para eles valia, como a questão fundamental da filosofia, a questão acerca do ser.

Há, na modernidade, duas formas nas quais essa concepção vem a ser recusada, assim como duas formas nas quais ela vem a ser positivamente desenvolvida. Por um lado, ela vem a ser recusada por se considerá-la tematicamente inadequada (irrealizável, irrelevante ou ideologicamente condicionada): a questão fundamental da filosofia não diria respeito ao ser, mas, por exemplo, à cognição, ao homem, à história, à sociedade, à linguagem, à boa vida. Por outro lado, não se afirma que o ser seria o tema incorreto, mas antes que ele nem mesmo seria um tema, pois que a palavra “ser” não teria qualquer sentido unitário.

A tradição da questão do ser em nosso tempo veio, em primeiro lugar, a ser positivamente desenvolvida pela escolástica e pelos filósofos próximos a ela, que podiam parecer imunes diante desta segunda crítica, já que eles não se orientaram pela palavra “ser” (“é”), mas por um conceito ser que, com suas distinções, já houvera sido apresentado pela tradição, alcançando, nesta me-

---

<sup>1</sup>Nota bibliográfica que abre o artigo original, aí inserida por ser o texto, em primeiro lugar, uma resenha do trabalho de Charles Kahn. Reproduzimo-la aqui tal como aparece no original, na abertura do texto.

\* Publicado pela primeira vez na *Philosophische Rundschau* de número 24, em 1977, e reimpresso, em 1992, na coletânea *Philosophische Aufsätze*.

\*\* Registro aqui meus agradecimentos ao autor, por permitir tão cordialmente a tradução e publicação deste artigo.

dida, o status de um *terminus technicus* e, assim, não parecia ser tocado pelas irregularidades do uso pré-filosófico da palavra. A segunda recepção positiva da palavra se limita a um único filósofo: Heidegger. Sua questão do ser não está em uma continuidade com a tradição, mas resulta de uma reação àqueles novos questionamentos, que se posicionaram em seu lugar. As questões acerca da cognição, da história etc., que ergueram a pretensão de ser mais fundamentais do que aquela acerca do ser, permaneceriam, por sua vez (segundo Heidegger), infundadas, caso não se perguntasse pelo ser da cognição, pelo ser da história e assim por diante. Quem, no entanto, utiliza assim a palavra “ser”, não se liga mais à tradição aristotélica. Por isso, Heidegger começa seu livro “Ser e Tempo” com a citação de Platão (por ele dirigida tanto contra os tradicionais continuadores da questão do ser, quanto contra seus críticos temáticos): “pois é manifesto que estais de há muito familiarizados com o que pretendeis propriamente significar empregando a expressão “ente”, que outrora acreditávamos certamente entender, mas que agora nos deixa perplexos”<sup>2</sup>. “Assim, é preciso, pois, refazer a *pergunta pelo sentido do ser*”<sup>3</sup>. Seria de se esperar que, quem quer que assim coloque a questão do ser – que, em oposição à tradição escolástica, retorne<sup>4</sup> à linguagem, ao entendimento da expressão “ser” –, viesse a se ocupar, antes de tudo, com aquela segunda crítica à questão – com a dúvida sobre se a palavra “ser” tem em geral um sentido unitário. Por tal razão, é bastante digno de nota que Heidegger tenha saltado por sobre este problema, que ele tenha passado direto para a questão sobre o sentido do ser, como se fosse evidente que tal coisa em geral existe e que uma tal questão possui um sentido identificável. Sua questão, que deveria fornecer as fundações para tudo, permaneceu por sua vez sem fundamentos. Apesar disso, quase uma geração inteira na Alemanha se deixou arrebatado pelo seu feitiço. Ainda mais digno de nota é o fato de que, também em outros lugares, um trabalho de esclarecimento das dúvidas linguísticas acerca da questão do ser não tivera sido até então assumido. O livro de Kahn é mais do que uma contribuição para esta problemática. Não quero de modo algum dizer que ele resolve definitivamente o problema; eu não poderia sequer segui-lo em suas conclusões. Mas o material relevante está nele tão ampla e minuciosamente preparado que, agora, pela primeira vez, está dada uma base para um posicionamento adequado, seja ele positivo ou negativo.

2 PLATÃO. *O Sofista*, 244 a. A citação é aqui reproduzida tal como se encontra na tradução de “Ser e Tempo” de Fausto Castilho.

3 Igualmente retirada da tradução de Castilho. A frase é de Heidegger e os grifos não aparecem no texto de Tugendhat, quando da citação. Como, de fato, os grifos estão presentes em “Ser e Tempo”, os reproduzo aqui.

4 Cf. “*Sein und Zeit*”. S. 1. (Nota do autor).

*O autor já houvera realizado em 1966 uma primeira tentativa em seu ensaio “The Greek Verb ‘to be’ and the Concept of Being”<sup>5</sup>. A partir de então, a elaboração se desenvolveu, por meio das exigências filológicas e linguísticas sob as quais ele se colocou, em direção a uma investigação inesperadamente ampla e demorada que somente terminou em 1971. Em um ensaio intitulado “On the Theory of the Verb ‘To Be’ ”<sup>6</sup>, publicado no mesmo ano que o livro, Kahn oferece um pequeno resumo de seus resultados.<sup>7</sup>*

A investigação se limita àquela linguagem na qual a questão acerca do ser originou-se – o grego antigo – e aqui, por sua vez, essencialmente àquele tempo ou, mais precisamente, àqueles textos nos quais não há ainda qualquer efeito advindo da filosofia a ser registrado, tendo como foco os épicos homéricos que se julga estarem completos. Na introdução, contudo, foi ainda oferecida uma curta apresentação do uso da palavra em inglês e toda a investigação é de tal forma arranjada que o esclarecimento das peculiaridades no grego não são um objetivo em si; antes, o máximo enfoque possível de luz recai sobre o papel relativo das expressões correlatas nas outras línguas indoeuropéias, onde ocasionalmente também línguas não indoeuropéias vem a ser tratadas de modo a oferecer contraste.

*O livro é dividido em oito capítulos. Os três primeiros servem de introdução; aqui, o leitor vem, entre outras coisas, a ser concisamente familiarizado com o método sintático a ser utilizado, aquele da gramática transformacional de Z. Harris. No capítulo 4, Kahn descreve em cem páginas o uso de eimi/ como cópula; no quinto, ele oferece uma “teoria da cópula” que se baseia nessas descrições. O capítulo 6 inclui uma diferenciação dos diversos usos de eimi/ que se pode caracterizar como existenciais e trata, além disso, de outros significados não-copulativos: a construção possessiva (§12) e uma peculiaridade do grego: o uso de esti/ com infinitivo enquanto potencial (§17). O capítulo 7 é dedicado àquele uso da palavra que Kahn denomina veridical use e que se pode chamar de veritativo em alemão (“assim é [tal como dizes]”). O capítulo final é o mais importante e aquele que somente se interesse pelos resultados do livro pode limitar-se a ele. Trata-se aí da conexão entre os diferentes significados.<sup>8</sup>*

<sup>5</sup> *Foundations of Language* 2, 245-265. (N. do a.).

<sup>6</sup> In: Milton K. Munitz (editor), *Logic and Ontology*. New York 1973, pp. 1-20. (N. do a.).

<sup>7</sup> Embora não seja uma citação, este parágrafo aparece no original destacado do restante do corpo de texto. Observaremos esta peculiaridade em todos os pontos em que ocorre no original, colocando tais parágrafos em itálico e acrescentando uma nota.

<sup>8</sup> Quanto ao itálico que cobre o parágrafo, ver nota 7.

Quais são as questões que precisam agora ser postas em vista de tal entendimento? A primeira questão é: quais significados de εἶμι precisam em geral ser diferenciados? Kahn admite aí somente aquelas diferenciações que se deixam fixar sintaticamente. Segunda questão: como devem ser compreendidos cada um desses significados em separado? Em terceiro lugar: existe entre eles uma conexão e há aí algum tipo de primado? E, finalmente, em quarto lugar (a questão inicial): será essa conexão, caso ela exista, suficiente para justificar o discurso sobre um conceito de ser e/ou considerar essa especial constelação no indoeuropeu como um feliz acaso para a filosofia? Kahn irá responder afirmativamente a essa questão; eu, negativamente. Mas, antes de tudo, precisamos ver como ele responde às questões antecedentes.

### Os distintos significados de “ser”

Na linguística, distingue-se comumente dois significados principais: o uso enquanto cópula e o uso absoluto no sentido de existência, que em grego é mais pronunciado do que nas línguas modernas (cf. “es gibt”, “existiert”)<sup>9</sup>. Nas discussões filosóficas sobre a pluralidade de “ser” distingue-se, além disso, também em especial o uso no sentido de identidade – que vem a ser costumeiramente subsumido sob o conceito de cópula pela linguística – enquanto um significado próprio.

Kahn se diferencia desse pano de fundo tradicionalmente dado, em primeiro lugar, por ressaltar pela primeira vez de modo sistemático o uso veritativo como terceiro significado principal. Outro enriquecimento do panorama descritivo está no destaque (que segue o de Lyon<sup>10</sup>) à cópula locativa (“Ephyre ist dort /

---

<sup>9</sup>Mantido no original, já que o exemplo diz respeito à utilização, numa língua moderna – no caso, o alemão –, de outros verbos para a construção de sentenças existenciais. Com “es gibt” temos o uso do verbo “geben” para construir este tipo de sentença. Embora, em outras construções linguísticas, venha a ser também utilizado com um significado correspondente ao verbo “dar” da língua portuguesa – em casos como “ich gebe dir das” (“eu te dou isso”) –, ele possui também um uso existencial, nos casos em que se diz, por exemplo, “es gibt viele Menschen auf der Erde” (“há muitos seres humanos no planeta Terra”). O mesmo pode ser dito utilizando-se o verbo “existieren”, que é usado tal como o “existir” do português. Já os usos existenciais do verbo “ser” não são tão pronunciados seja no alemão, seja em nossa língua.

Para maior esclarecimento, vale ainda tomar como exemplo o latim que, assim como no grego, possui um uso existencial mais pronunciado do verbo “ser”, tal como em “Deus est” (“deus existe”), onde o verbo ser (“est”) é utilizado precisamente no sentido de “existir”.

<sup>10</sup>J. Lyons, *Introduction to Theoretical Linguistics*, Cambridge 1968, cap. 8.4. (N. do a.)

ist in Argos”<sup>11</sup>, que pode ser visto como elemento intermediário entre a cópula nominal e a existência. Um terceiro ponto é negativo: Kahn descarta o “é” de identidade enquanto um significado próprio porque, supostamente, não haveria qualquer critério sintático para diferenciar esse uso do da cópula (cap. 8, notas 1 e 33). No entanto, fora justamente a ambiguidade entre cópula e identidade que, do lado crítico-filosófico, houvera sido mais fortemente denunciada (cf. KAHN, pág. 4), justamente por ela ser sintaticamente tão inconspícua; foi ela que, por duas vezes na história da filosofia, conduziu às piores confusões, primeiro na sofística e, depois, em uma época de renovado barbarismo lógico, no idealismo alemão. E é claro que há um critério para diferenciação do “é” de identidade do “é” da cópula: em uma expressão da forma “A é B” a palavra “é” opera como cópula quando A ou B são um termo geral; pelo contrário, funciona como signo de identidade quando tanto A quanto B são termos singulares. E se a sintaxe que Kahn utiliza não está em condições de fazer distinção entre termos singulares e termos gerais, então se pode somente dizer: tanto pior para essa sintaxe como um instrumento de evidenciação de diferenças semântico-formais.

Uma versão sintaticamente mais clara do mesmo critério é: se o “é” em “A é B” opera como signo de identidade, ele é substituível por “é idêntico à” e, caso contrário, não – e, assim, o “é” nessa expressão é uma cópula<sup>12</sup>. Com isso, pode naturalmente haver linguagens (não sei se elas realmente existem, mas as linguagens da lógica formal seriam um exemplo) nas quais vem a ser utilizado um signo próprio de identidade já também na aparência (*äußerlich*) distinto da cópula ou da construção nominal livre de cópula. O equívoco dos sofistas e do idealismo alemão consistiu, porém, nisso de que eles interpretaram a cópula, por sua vez, como se esse “é” dissesse o mesmo que “é idêntico à”.

### “Ser” no sentido de existência

Chego à segunda questão de como os respectivos significados devem, cada qual, ser compreendidos e início com o uso no sentido de existência, já que diz respeito a uma continuação direta da primeira pergunta, a uma diferenciação mais avançada dos distintos significados. Kahn traz à luz uma surpreendente

11 “Eíria está lá / está em Argos”. Notemos que, no português, não dizemos que algo é em tal lugar, mas que *está* em tal lugar, quando fazemos os usos locativos em questão. Em todo caso, outras línguas modernas como o alemão ou o inglês nos dão exemplos adequados desse uso do verbo “ser”, tal como ocorre na porção do grego que está sendo estudada. Por exemplo: “John is there / is in the kitchen”.

12 Cf. FREGE. “Begriff und Gegenstand”. *Vierteljahresschrift für wissenschaftliche Philosophie* 16, 1892, p. 199. (N. do a.).

riqueza de formas de uso do “é”, todas as formas que tendemos a compreender como sendo, de alguma maneira, existenciais, mas que, no entanto, não são facilmente subsumíveis sob um conceito, sendo por isso apropriadas para nos fazer conscientes do quão pouco nós até agora compreendemos o que queremos dizer com esse sentido de “é”. Kahn diferencia cinco tipos em Homero.

O primeiro tipo (VI, §6) possui a forma sintática: pronome + ser + determinação temporal; por exemplo, “er ist nicht mehr”<sup>13</sup>. Kahn o chama de *vital use*: “ser” parece ter aqui o sentido de “viver”. Tal interpretação me parece estreita demais. O próprio Kahn indica que a mesma construção ocorre também com pronomes que não estão para seres vivos; por exemplo, “Troja ist nicht mehr”<sup>14</sup>. Sua explicação de que se trataria aí de uma “ampliação poética” (243) não pode convencer. Pois como deveria então o mesmo estado-de-coisas ser expresso sem metáfora poética? A linguagem necessita claramente, para todos os seres que se originam e perecem, de uma palavra para as durações, para sua presença no tempo. Nas línguas modernas a palavra “existir” vem a ser utilizada para isso; contudo, de uma forma que não se deixa compreender (ou, em todo caso, não sem algo a mais) com a ajuda do operador existencial lógico. Poderíamos, portanto, melhor do que *vital use*, falar do ser no sentido de “existência temporal”. Nos seres vivos essa existência consiste na vida<sup>15</sup>; no entanto, esse é somente um caso especial, mesmo que para nós, seres humanos, seja o mais interessante e, por isso, de longe o mais comum na linguagem pré-científica. A consideração de outros seres além dos humanos nos reserva também de nos orientar com Kahn pela mitologia homérica para entendermos esse εστί: quando uma pessoa não vive mais, ela está ainda, de acordo com a visão grega (*griechischer Anschauung*), de todo modo em algum lugar, a saber, no Hades, e assim pode parecer que nos seria permitido compreender esse ser como um atributo comum, que algo pode não possuir sem desaparecer absolutamente. Mas para Tróia, por exemplo – ou também para animais –, não há qualquer Hades, nem mesmo em Homero; e, já em Aristóteles, nem mesmo para seres humanos, o que torna difícil compreender corretamente esse sentido de “ser”<sup>16</sup>.

13 Literalmente “ele não é mais”, no sentido de “ele morreu”, “ele não existe mais”.

14 Como no exemplo acima, a tradução literal seria “Tróia não é mais”, no sentido de que não existe mais.

15 Cf. ARISTÓTELES. “De Anima”. 415b 13. (N. do a.)

16 Cf. meu ensaio “Existence in Space and Time”, *Neue Hefte für Philosophie* 8 (1975), pp. 19-33 e minhas *Vorlesungen zur Einführung in die sprachanalytische Philosophie*, Frankfurt 1976, pág. 468. (N. do a.)

O segundo tipo (§§ 7-10) não é apreensível sintaticamente de forma exata. Exemplo: “es ist (gibt) eine Stadt Ephyre in Argos, in der...”<sup>17</sup>. Kahn indica que essa forma se diferencia de uma forma copulativa correspondente somente por meio de ordenação das palavras e/ou por meio do pronome indefinido τῆς: “die Stadt Ephyre ist in Argos”<sup>18</sup>. Enquanto esta sentença copulativo-locativa diz de um objeto, já pressuposto como conhecido, onde ele se encontra, a função da variante existencial é – assim diz a explicação plausível de Kahn – introduzir um objeto, na medida em que vem a ser localizado, no contexto do discurso. Por esse motivo essas sentenças não possuem qualquer forma negativa.

Kahn interpreta a construção possessiva de εἰμί (“es ist ihm”)<sup>19</sup> alinhado a Lyons (no lugar já citado) enquanto uma variante dessa construção locativo-existencial: em vez do lugar, menciona-se a pessoa a qual algo pertence (§12). Mas a construção possessiva ocorre naturalmente também na forma negativa e isso está em conexão com o fato de que ela não possui a função de introduzir algo no contexto do discurso. Isso é um indício de que a construção possessiva não é uma variante em especial da construção locativo-existencial, mas da construção locativa em geral e, por sua vez, isso é um indício para que se compreenda também a forma copulativo-locativa enquanto existencial. Assim viria a sugerir-se uma conexão entre o tipo I e o tipo II de Kahn. Ele mesmo indica (143) que o tipo I ocorre às vezes com uma determinação local em vez de temporal (“dort lebte [‘war’] Sisyphus”)<sup>20</sup>. Não seria então consequente compreender o εἰμί no tipo I do mesmo modo enquanto *quasi*-cópula, tal como a cópula locativa? Essa concepção, que já veio a ser defendida por Lyons, vem a ser descartada por Kahn por razões que não me parecem convincentes (245, nota).

O terceiro tipo (§11) apresenta, de acordo com Kahn, uma variante do segundo tipo, somente com a diferença de que o sujeito fica no plural e vem a ser modificado por meio de um quantificador como “muitos” ou “outros”; por exemplo, “es gibt auch andere Frauen in Achaia”<sup>21</sup>. Mas acontece que, desde Frege, sabemos que um sujeito gramatical no plural não deve mais, de modo algum, ser semanticamente compreendido enquanto sujeito. Kahn nota que enquanto não tivermos uma teoria geral de palavras quantificadoras (*Quantorenworten*), só poderemos esclarecer com dificuldade essas sentenças (263); contudo, um tanto

17 “Uma cidade chamada Efiria é em Argos, na qual...”. Se, em vez da palavra “é” – que, apesar de compreensível, não soa tão natural no português –, utilizarmos o “gibt” que está em parênteses no texto, a tradução da frase ficaria: “há uma cidade chamada Efiria em Argos, na qual...”.

18 “A cidade de Efiria é em Argos”.

19 “É dele”.

20 “Lá vivia [‘era’] Sísifo”.

21 “Há também outras mulheres na Acaia”.

já parece estar claro: que este tipo de sentença já não é mais uma variante de uma sentença elementar com cópula e que, semanticamente, somente pode ser compreendida ainda com ajuda do quantificador existencial.

Isso nos conduz ao quarto tipo (§14) de Kahn, que possui a forma: ἔστι ὅς + cláusula relativa; por exemplo, “es gibt niemanden, der dem Tod entflieht”<sup>22</sup>. Aqui corresponde o εἰμί ao operador existencial lógico. Essa forma de sentença é, portanto, semanticamente a mais fácil de entender.

No quinto tipo (§15) o εἰστί está para o acontecer de um evento; por exemplo, “da war um ihn ein Lärmen der Toten”<sup>23</sup>. Aqui parece, de maneira análoga, que a ocorrência de um evento vem a ser constatada relativamente a um contexto espaço-temporal previamente dado, tal como nas construções locativas a ocorrência de um objeto espacial. Mas os princípios gramático-transformacionais de Kahn proibem tal assimilação: “ein/das Lärmen der Toten”<sup>24</sup> remete de volta a “die Toten lärnten” e toda nominalização estaria para um objeto abstrato. São, contudo os eventos sempre designados por nominalizações? Onde Kahn se vê confrontado com um substantivo para um evento que não seja desse tipo (por exemplo, “Morgen”<sup>25</sup>), ele afirma que seria necessário que houvesse um verbo correspondente (“es morgnet”<sup>26</sup>). O princípio do qual Kahn parte é o de que somente tais substantivos que estão para objetos materiais são elementares; um princípio que ele toma de Harris, mas não fundamenta (I., §§ 7f.). D. Davidson nos apresentou fortes razões semânticas e inteiramente formais – embora de modo algum sintáticas – de que teríamos de admitir, de um lado, acontecimentos enquanto igualmente irreduzíveis e, de outro, objetos concretos, como os objetos materiais<sup>27</sup>. A opinião de Kahn, de que uma doutrina sintática

22 “Não existe alguém que escape da morte”.

23 “Dava-se ali à sua volta um ruidoso clamor dos mortos”. Traduzo aqui o “war” (passado de “ser”) da frase alemã por “dava-se”, já que o exemplo visa um uso da palavra “ser”, no grego, com esse sentido. Ele possui um correspondente no alemão, mas não no português. Caso quiséssemos traduzir literalmente, teríamos: “era ali à sua volta um ruidoso clamor dos mortos”. Embora compreensível no contexto, tal uso seria muito artificial.

24 “um/o ruidoso clamor dos mortos”.

25 “Manhã”.

26 Não existe uma forma verbal de “Morgen” no alemão, por meio da qual se pudesse dizer “agora é manhã” ou algo como “faz manhã” (que seria o sentido de “es morgnet”, caso existisse): o exemplo simplesmente utiliza uma forma inexistente na língua de modo a chamar atenção para isso. Uma invenção verbal para o português, correspondente à invenção de Tugendhat, seria “amanhanar”: “amanhana”, no sentido de “agora é manhã”, não existe no português, da mesma forma que “es morgnet”. Vale notar que o verbo “amanhecer” que, pelo contrário, existe em nossa língua, não tem o sentido aqui procurado, já que uma locução como “amanhece” não tem o sentido de “agora é manhã”, mas de “nasce o dia”, “o período da manhã começa agora”.

27 Cf. “The Logical Form of Action Sentences”, in: N. RESCHER (editor), *The Logic of Decision and Action*, Pittsburg. 1966, pp. 81-95 e “The Individuation of Events”. In: N. RESCHER

das sentenças elementares e da transformacionalidade poderia substituir uma “gramática lógica”, isto é, uma semântica formal, não me parece ser justificada por coisa alguma, a não ser que essa sintaxe seja, por sua vez, semanticamente fundada. Infelizmente, Kahn fornece os princípios e regras sintáticas, que ele põe na base de sua investigação, de modo meramente tético, não fundado (I., §§ 6f.). A diferença entre expressões que estão para objetos concretos e para objetos abstratos não se deixa definir morfológicamente pela forma das palavras, mas somente de modo semântico por meio do modo que os objetos vêm a ser identificados, isto é, vendo quais são seus critérios de identidade. Ainda que se venha a concordar com Kahn nisso de que a ocorrência (ser) de um evento não deve ser simplesmente assimilada à ocorrência (ser) de um objeto espacial, e que os fatos da nominalização possam tão certamente oferecer uma evidência para a diferenciação, decididamente prefiro, contudo, recusar a subsunção de Kahn dos eventos sob objetos abstratos (308, 413); eventos, e não objetos abstratos, ocorrem no espaço e no tempo e vêm a ser assim identificados.

Kahn cita finalmente ainda um sexto tipo (VI, §§ 18, 21 f.) que, contudo, não existe ainda em Homero e que somente aparece no século V. Exemplos: οὐδ' ἔστι Ζεὺς, εἰσι θεοί. À primeira vista, o primeiro exemplo parece similar ao primeiro tipo do ponto de vista sintático; contudo, não pode ocorrer aqui uma modificação temporal. Não se quer dizer aqui que Zeus não vive mais, mas que tal ser de modo algum existe. Trata-se aqui daquelas sentenças existenciais que, na moderna discussão – por exemplo, em Russell – foram encaradas como as sentenças existenciais em absoluto, e é um resultado importante das investigações de Kahn que tais sentenças existenciais no grego, como também na Índia, tenham surgido em primeiro lugar por meio da filosofia (304). Pois que, com tal sentença, não vem a ser posto em dúvida nem afirmado que há um objeto deste ou daquele tipo, que...; antes, que haja, em geral, um objeto deste ou daquele tipo; isto quer dizer que a “validade de toda uma tradição” vem a ser posta em dúvida (304)<sup>28</sup>. Do ponto de vista semântico este sexto tipo está naturalmente no mesmo nível que o quarto tipo.

A explicação de Kahn do significado do εἶναι existencial – que ele, acima de tudo, vê corporificado no quarto e quinto tipos –, de que ele “põe” (§20) um conteúdo descritivo na realidade, me parece ficar atrás dos resultados da dis-

---

(editor), *Essays in Honor of Carl. G. Hempel*, Dordrecht 1969, pp. 216-234.

28 Isso pode não se manifestar à primeira vista quando se pensa em exemplos como “o rei da França” de Russell. Correções de falsas pressuposições – por exemplo, “sua mulher”. “Minha mulher não existe” – certamente não possuem coisa alguma de filosófico e, certamente, devem ter existido desde sempre. Contudo, elas apareceriam no grego em construção possessiva ou locativa. É somente com nomes próprios (“Homero”) que temos uma nova circunstância e, de fato, mesmo porque eles implicam uma tradição. (N. do a.)

cussão moderna sobre existência. Naturalmente, também não posso me afiliar à combinação de Kahn do quarto e quinto tipos. Segundo minha opinião, o primeiro, segundo e quinto tipos possuem estreita conexão; do mesmo modo, o terceiro, quarto e sexto tipos. Nas sentenças deste segundo grupo vem a ser dito que objetos – ou um objeto, ou muitos, outros e assim por diante – de certo tipo existem no espaço e no tempo; ao contrário, nas sentenças do primeiro grupo é a presença de um objeto que vem a ser espacialmente localizada. Contudo, me parece que a distinção descritiva deste sexto tipo é justificada e que sua singularização é um resultado significativo da investigação de Kahn.

### A Cópula e o Uso Veritativo

A abordagem gramático-transformacional possibilita a Kahn a demonstração de que a sentença nominal no grego é um fenômeno da estrutura superficial e que, na estrutura profunda, não há qualquer sentença sem verbo (Cap. III, §2, apêndice B). Assim ele descarta não somente o “mito” diacrônico de uma subsequente transmissão do *es-* para a sentença nominal, que na linguagem indoeuropeia originária supostamente significa somente existência, mas também contesta a teoria sincrônica da cópula como fenômeno superficial nas sentenças, cuja estrutura profunda seria uma sentença nominal (195). Essa estrutura profunda não é de modo algum pensável sem já conter os aspectos que ganham expressão na cópula (Cap. V, §5). Quais são esses aspectos? Em primeiro lugar, no indoeuropeu é o verbo que é o portador das marcas distintivas para pessoa, tempo e, em especial, modo; e, por isso, aquela construção, que em caso contrário seria uma sentença nominal, precisa de um verbo (§2). Mas *εἰμί* não é, de resto, um portador vazio destas marcas, mas permanece – como Kahn, seguindo Lyon, mostra – em contraste como outra cópula: *γίγνομαι*. Ele é portador de um aspecto estático (§3). Nesta qualidade, *εἰμί* é, tanto em complemento locativo quanto nominal, meramente o mais importante de um pequeno grupo de outras expressões estáticas de cópula: estar, permanecer, encontrar-se<sup>29</sup> (§§6,

29 No original, os verbos são, respectivamente: *stehen*, *liegen*, *sitzen*. Como se trata aqui de discutir o uso de verbos para conferir uma determinação locativa (abstraindo ainda do comportamento corporal específico do sujeito em questão), a tradução decidiu-se por palavras que, embora não exibam uma correlação imediata com as palavras alemães, possuem um uso em que a determinação da permanência em um local do sujeito gramatical está em primeiro plano, contrastando com outros verbos que também poderiam ser usados para conferir ao mesmo o desempenho de uma ação, uma mudança de estado. Nessa medida, escolhas como “deitar” para “*liegen*” (que seriam naturais em outros contextos) não se adequam aos objetivos da passagem: esse verbo permite um uso que não é de modo algum discriminativo-locativo, mas classificativo

12). Kahn mostra que se pode reconhecer uma conexão no significado destas palavras, tão quanto não sejam usadas enquanto cópula, com o *vital use* de εἰμί. O encontrar-se em algum lugar de um ser vivo, que ganha expressão neste uso de εἰμί, vem a ser especificado com respeito a uma localização determinada ao dizermos que ele permanece, está, encontra-se; e todas estas palavras se deixam complementar locativamente, por meio do que elas vêm a ser uma cópula locativa, e, finalmente, também de modo nominal. Com isso, εἰμί ganha a posição central nesse sistema, na medida em que exprime o encontrar-se em algum lugar de alguém, abstraindo de um determinado comportamento corporal.

Tendo uma conexão entre cópula e existência já se tornado visível, podemos então também reconhecer uma conexão entre a cópula e o uso veritativo se seguirmos a tese de Kahn da cópula enquanto um “indício de predicação” (396). Kahn diferencia três conceitos de predicação (226 f., 396f.). Enquanto “predicação I” ele designa a “função” da cópula εστί: ela indica que um atributo (qualidade, lugar etc.) pertence a um objeto. Com “predicação II” o mesmo estado de coisas vem a ser designado, não importando se ele vem a ser ressaltado por meio de uma cópula em separado ou se ganha expressão em outro verbo. Finalmente, “predicação III” deve de modo totalmente geral, trazer à expressão a “pretensão de verdade” de uma sentença assertórica, mesmo quando ela não tem a forma sujeito-predicado. De acordo com Kahn, a “predicação III” é mais extensiva que a “predicação II”, esta – o que é óbvio – mais extensiva que a “predicação I” e, no estí/ copulativo, todas as três devem ser trazidas à expressão.

Essa concepção inclui algumas dificuldades. Que o εστί copulativo possa exprimir também o conceito mais geral da predicação II deve mostrar-se na transformação perifrástica (214), da qual, já mesmo desde Aristóteles, faz uso também a tradição filosófico-lógica (transforma-se “ele nada” em “ele é nadante”). Mas essa transformação retém todo o sentido original? Já mesmo a alusão de Kahn ao aspecto estático de εἰμί é um indício contrário. Por meio da transformação perifrástica o verbo perde o aspecto cinético que lhe é próprio, caso pertença

---

da ação que alguém desempenha no momento. Exemplo: “no momento, ele se deita” é diferente de “ele deita há horas no sofá”. Na primeira frase, o sujeito desempenha uma ação, mudando seu estado anterior, em que, possivelmente, estava de pé. Tal possibilidade de uso faz do verbo uma escolha inadequada para a passagem. Outras escolhas, a princípio boas no que diz respeito à noção de permanência numa localidade, como “repousar” para “liegen” e “assentar” para “sitzen”, mostraram-se também muito classificativas, embora sejam melhores em sua permissão de um uso locativo. Além disso, os verbos na tradução devem ser adequados para o uso com sujeitos gramaticais que pertençam à categoria dos seres vivos, já que a passagem dará atenção a esse uso. Em defesa das escolhas assumidas, cabe assim ressaltar que, por exemplo, dizemos sem artificialidade que uma pessoa *está, permanece* ou *encontra-se* ao lado do balcão, fazendo aí um uso claramente locativo desses verbos, sem adição de uma possível intenção classificativa da ação do sujeito, em que procuraríamos ressaltar o que ele afinal está fazendo exatamente ao lado do balcão.

aos verbos que Kenny designa como performativos<sup>30</sup>. Porém, se a sentença ganha, por meio da transformação perifrástica, um aspecto estático, então isto significa que no εστὶ somente uma forma especial da predicação II vem a ser expressa.

Ainda mais graves são as considerações com respeito à predicação III. Em primeiro lugar, essa é uma terminologia enganosa. Não se trata mais aqui, de modo algum, da estrutura sujeito-predicado; portanto, também não se deveria falar de uma predicação. Trata-se aí bem mais do modo sentencial que, de fato, inclui, no caso do indicativo, uma pretensão de verdade. Em segundo lugar, porém, não é de toda verdade que o modo afirmativo é meramente mais extensivo que a predicação; antes, esses dois conceitos se cruzam. A cópula indicativa, ou ainda outra predicação indicativa, não possui sempre uma pretensão de verdade. A sentença “ou ele é burro ou é mau” contém duas subsentenças, ambas predicativas e que não contêm qualquer pretensão de verdade. Somente a sentença inteira contém tal coisa: contudo, contra a opinião de Kahn de que esse deveria sempre ser o caso, ela não se exprime em um verbo, não importando que ela se deixe exprimir por meio de um “é”, no caso em que, por exemplo, capturando a sentença inteira, se diz “so ist es<sup>31</sup>” (ἔστι οὗτ), ou no caso em que se reformula assim a própria sentença: “é o caso que ou ele é burro ou é mau”.

Com isso, estamos diante do uso veritativo de εἰμί. Kahn distingue entre a “construção” veritativa e a “nuance” veritativa (cap. 7, §§ 2f.). O que ele chama de construção veritativa possui sempre, explícita ou implicitamente, a forma comparativa “es ist so (wie du sagst)”, “Möge es so sein (wie du sagst)”, “so sei es (wie ich es beföhle)<sup>32</sup>”. Essa construção ocorre, portanto em todos os modos. Porém, de um aspecto especificamente veritativo (i.e., com referência à verdade) pode-se falar somente no modo assertórico. Kahn o chama de “nuance” veritativa e ela ocorre em sentenças assertóricas também fora da construção veritativa; ela se sobrepõe mesmo mais ou menos explicitamente por sobre o uso inteiro da cópula e, de fato, por sobre o uso de toda sentença assertórica. Essa sobreposição ou nuance veritativa mostra-se no contraste *parecer/ser*, que determina o uso inteiro de sentenças assertóricas (357). Nisso mostra-se aquilo que Kahn chamou de pretensão de verdade dessas sentenças. Diferentemente dessa nuance veritativa implícita que já está contida no uso do εστὶ copulativo de uma sentença elementar, o explícito εστὶ veritativo é uma construção de se-

30 Cf. KENNY. *Action, Emotion and Will*. London: 1963, cap. 8. (N. do a.).

31 Tradução: “Assim é”.

32 Respectivamente: “é assim (como tu dizes)”; “assim seja (como tu dizes)”; “que seja assim (como ordeno)”.

gunda ordem, cujo “operando” ou sujeito é uma sentença nominalizada. Kahn vê o sentido desse εστί em analogia com sua interpretação do εστί existencial de quarto e quinto tipos, que ele igualmente compreendeu como uma construção de segunda ordem: com ele, um conteúdo descritivo vem a ser dado como realmente “posto”. Kahn dá exemplos (§3) que mostram que, no grego, uma e a mesma construção (ταυτα εστί /οτε ταυτα ην tauta hn) podia ser usada para a verdade de uma afirmação (a fatualidade de um estado de coisas) e o acontecer de um evento, de modo que o ser veritativo parece juntar-se estreitamente ao ser existencial de quinto tipo. E, contudo, não se pode diferenciar conceitualmente de maneira mais forte o ser concreto (temporal) dos eventos do ser dos estados de coisas (fatos). Um fato não possui qualquer existência espaço-temporal.

### Como se conectam os diferentes significados?

Na questão acerca da conexão dos diferentes significados de “ser”, precisamos distinguir, de forma mais contrastante do que o próprio Kahn, a questão linguística – de como se pode esclarecer que uma e a mesma palavra seja o portador desses diferentes significados – da questão filosófica sobre se há sentido em falar de um conceito unitário de ser. A questão linguística é a terceira das questões por mim no início mencionadas.

Quanto à questão linguística, Kahn defende duas teses fortes: primeiramente, ele descarta a concepção da antiga linguística de um significado unívoco, concreto de es- na língua indoeuropeia originária no sentido de existência (vida, ser em algum lugar) e uma subsequente gênese da cópula (cap. 8, §§ 2f.). Em segundo lugar, ele recusa também a variante sincrônica dessa concepção, ainda defendida, por ele mesmo, no ensaio de 1966. O “sistema” dos significados de ser somente se deixaria compreender no caso em que se partisse da cópula; não no caso contrário, em que se partiria dos significados de existência (397). A fundamentação dessa tese, que Kahn descreve como uma “modesta revolução copernicana” (395), não me parece muito robusta. É claramente verdadeiro que aquela existência expressa pelo operador existencial (o quarto tipo de Kahn) apresenta um uso de ordem mais elevada do εστί, um uso que a predicação já pressupõe. Aparece igualmente como o mais natural que se pense o εστί veritativo como uma ampliação da pretensão de verdade da cópula. Como, no entanto, se deve compreender a partir daí o *vital use* da cópula, é menos claro; do mesmo modo, permanece então pouco claro por que logo os verbos de com-

portamento corporal puderam juntar-se em torno do εἰμί para resultar em um sistema unitário. Com isso, a concepção mais natural parece ser aquela que já o próprio Kahn defendeu em seu ensaio mais antigo e também na apresentação da cópula no quinto capítulo do livro (cf. também cap. 8, §2); a saber, a consideração da construção locativa, em sua peculiar posição intermediária entre cópula e existência, enquanto primária: da representação de que algo se encontra em algum lugar se vai facilmente – por meio de abstração do lugar determinado – à representação de que ele se encontra em geral em algum lugar (existência temporal); igualmente, chega-se por meio de generalização à representação de que ele se encontra nesse ou naquele estado. Kahn acentua com razão (389) que o aspecto estático é fundamental; porém, essa circunstância não fala por si mesma a favor nem de um nem de outro primado. Além disso, o contraste ser/parecer, que ganha expressão no uso veritativo, é um segundo aspecto que se sobrepõe ao contraste estático/cinético e é tampouco redutível a este quanto este àquele.

Como quer que se venha a esboçar essas linhas, vê-se: essas questões são, no fundo, sem importância. Importante mesmo foi a distinção dos diversos significados. Claramente existem conexões e, assim, alguém pode, empregando maior ou menor sorte, tornar para si compreensível como é que uma só palavra pode ser o portador desses distintos significados formais; mas como essas distinções são irreduzíveis, é ao fim irrelevante, se aí se parte de um lado ou de outro. Mas como fica então o conceito filosófico de ser? Chego com isso à última e mais importante questão: é a palavra “ser” um guia que possui sentido (*ein sinnvoller Leitfaden*) para uma consideração filosófica fundamental? Foi a constelação determinada de significados, que a palavra “ser” possuía já no indoeuropeu e especialmente no grego, uma circunstância feliz para a filosofia?

### O ser na filosofia

As questões que se acaba de mencionar serão respondidas afirmativamente por Kahn (cap. 8, § 7). Naturalmente, Kahn não é tão ingênuo para falar *do* conceito de ser. A constelação que foi dada no indoeuropeu não foi dada em outras famílias linguísticas e a constelação especial do grego é, por sua vez, distinta daquelas em outras línguas indoeuropeias. Ninguém pode a partir disso afirmar que haja qualquer necessidade de que exista uma única palavra logo para estes e somente estes significados. Além disso, está claro que estes significados não se deixam subsumir sob um único significado. O que Kahn afirma é, portanto, somente o

seguinte: 1- A palavra grega εἶμί é, como já Aristóteles esclareceu (“Metafísica”. IV, 2), homônima (401): seus significados são irreduzíveis, mas estão conectados. 2- A junção logo desses significados em uma palavra no grego foi “um acaso feliz” para a filosofia (403) e possui “permanente valor filosófico” (402).

É essa segunda tese que eu gostaria de combater. Os significados fundamentais de εἶμί, aos quais Kahn se refere, são predicação, verdade (mais especificamente, pretensão de verdade) e existência. Invocando Quine, Kahn aponta que esses três conceitos são interdependentes (405) – que é impossível esclarecer um deles sem recorrer aí aos outros dois. E que tanto para a tradicional quanto para a moderna ontologia seria característica a tematização dessa conexão unitária que então, por meio da palavra “ser”, lhe teria sido, por assim dizer, sugerida. Deixemos de lado a questão sobre se a invocação a Quine é justa. E deixemos também de lado dúvidas objetivas que, eventualmente, pudessem nos afligir com respeito à conexão conceitual afirmada por Kahn. Suponhamos também que seja verdade que justamente essa conexão tenha sido fundamental para nossa tradição filosófica. O que segue a partir daí a favor de uma orientação pela palavra “ser”? Para responder a essa questão, temos que, de certa maneira, fazer um cálculo de perdas e ganhos. Do lado dos ganhos viria ser registrado em que medida a filosofia deve seus conhecimentos positivos, relativos à conexão mencionada, à orientação pela palavra “ser”. E do lado das perdas deveria estar em que medida a orientação pela palavra “ser” conduziu a filosofia para uma compreensão falsa ou unilateral dessa conexão.

Começemos pelo lado dos ativos. Que a filosofia grega deva quaisquer conhecimentos positivos ou mesmo seu aparecimento à especial constelação de significados da palavra εἶμί na língua grega, considero como pura especulação. Não sei como se virá a querer decidir essa questão, seja para dar uma resposta positiva ou negativa. Por que se deveria, por exemplo, somente poder atentar para a estrutura predicativa das sentenças elementares no caso de haver uma cópula? A cópula não é mesmo um indicador universal de toda sentença predicativa; e, quando se aponta que é, contudo, possível trazer a cópula para o desempenho desse papel, por meio da transformação perifrástica, se põe então a contra questão sobre se Aristóteles não chegara antes, pela primeira vez, a essa forma de expressão que soa, de todo modo, realmente artificial, porque ele ganhara o conceito de predicação já independentemente dela. Com respeito agora à conexão da predicação com existência e verdade, pode-se assim, por sua vez, duvidar se o conhecimento de tais conexões depende da identidade da palavra. Poderia mesmo ser o contrário. A identidade da palavra poderia fazer com que não percebêssemos que se trata aí de dois conceitos distintos, de modo que

então, *a fortiori*, não reconhecêssemos também a conexão desses conceitos. Assim, por exemplo, os filósofos gregos vieram a atentar menos para a conexão entre existência e predicação do que filósofos mais tardios que possuíam, para o conceito de existência, uma palavra distinta daquela da cópula.

*Esclareçamos a situação daquele significado de “ser” que Kahn tão insistentemente excluiu, o conceito de identidade. É bastante indicativo que entre o conceito de predicação e o conceito de identidade haja a mesma interdependência que há entre ele e o conceito de existência<sup>33</sup>. Mas tal coisa nunca chegou a ocorrer aos filósofos gregos, apesar da identidade da palavra. Foi claramente necessário um grande esforço – como nos mostra “O Sofista” de Platão – para que se viesse a distinguir, em geral, esses dois conceitos. Mas, depois que eles foram diferenciados, não ocorreu a ninguém na época afirmar uma interdependência. E se hoje alguns filósofos são da opinião de que há tal interdependência, eu não saberia dizer se essa concepção teria sido facilitada – que se diga ainda fundamentada – pelo fato de que, nos dois casos, a palavra “ser” vem a ser utilizada. Aquelas razões que indicam uma tal interdependência são, do mesmo modo, facilmente reconhecíveis no caso em que duas palavras distintas fossem usadas.<sup>34</sup>*

Assim, não parece haver realmente um lado dos ativos nesse balanço. E como fica a situação com o dos passivos? De maneira notável, Kahn não levou de modo algum em consideração esse lado da balança. Ficamos aqui dependentes de especulações igualmente inseguras, assim como nos ativos? Acredito que não, pois, em primeiro lugar, as confusões que a ambiguidade da palavra “ser” causou, e os esforços para erradicar essas confusões, estão filosoficamente documentados. Em segundo lugar, a orientação pela palavra “ser” teve um impacto demonstravelmente restritivo também mesmo sobre o conhecimento das conexões apontadas por Kahn. 1- o desmembramento da sentença predicativa em sujeito + cópula + predicado, em vez de sujeito + predicado (onde a eventual cópula é parte do predicado), conduziu toda a lógica, determinada pela ontologia, a uma falsa semântica da estrutura predicativa que somente veio a ser superada por meio de Frege. 2- a convicção de que a cópula seria, de certo modo, a liga da estrutura predicativa não deixou livre qualquer opção para uma concepção de predicados de mais lugares; a orientação pelo ser<sup>35</sup> bloqueou,

33 Cf. QUINE. *Word and Object*, cap. 3, e meu *Vorlesungen zur Einführung in die sprachanalytische Philosophie*, p. 490. (N. do a.).

34 Quanto à marcação em itálico cobrindo todo o parágrafo, ver nota 7.

35 Ao contrário do que ocorre na linha seguinte do texto, Tugendhat não se utiliza de aspas para deixar claro que se trata aqui da palavra “ser”. Mesmo que isso venha a ocorrer em outras

portanto, a perspectiva para uma lógica de relações. 3- a orientação pelo “ser” conduziu a uma restrição da pretensão de verdade e, com isso, da forma das sentenças assertóricas à forma especial da sentença predicativa; esta pareceu apresentar não somente a forma elementar, mas a forma universal de um construto apto à verdade (*wahrheitsfähig*), e assim a orientação pelo “ser” bloqueou a perspectiva para a multiplicidade das formas do discurso assertórico e, finalmente, do discurso em geral.

Em que se baseia isto de que se pode especular somente de forma insegura sobre o lado ativo da balança, enquanto o passivo oferece uma imagem tão segura e arrasadoramente negativa? Naquilo que, em princípio, é uma torrente que arrasta a filosofia em sua lida com as palavras<sup>36</sup>. As conexões conceituais que a filosofia quer esclarecer às vezes se insinuam nas constelações de significados das palavras de uma língua, às vezes não. Isto, porém, significa: a existência de tal conexão conceitual não se deixa de modo algum esclarecer mediante a orientação pela palavra. O trabalho conceitual é, portanto, de um modo ou de outro necessário e, no caso de uma palavra já sugerir uma conexão, ele é somente tão mais árduo quanto é invariavelmente mais árduo esclarecer um estado de coisas quando há um preconceito, mesmo nos casos em que este vem, no fim das contas, a ser provado como correto. Podemos, com relação à qualquer palavra arbitrária que tenha alguma vez desempenhado um papel na história da filosofia, deixar claro para nós mesmos que o efeito de ambiguidades verbais sobre o pensamento veio a ser sempre negativo, nunca positivo. Obviamente, isto não quer dizer que o trabalho filosófico de esclarecimento conceitual ganha lugar em uma dimensão transcendente da linguagem. Conceitos não são mais do que formas de uso de palavras, mas a forma de uso de uma palavra e a palavra são simplesmente duas coisas distintas: a mesma palavra pode possuir diferentes formas de uso; diferentes palavras, o mesmo uso. E o conhecimento do uso é sempre primeiramente um resultado do pensamento. Na filosofia, a viagem é sempre, portanto, numa só direção rio acima, contra a torrente das palavras, assim como, de resto, contra a torrente de preconceitos; e nos perdemos, tão logo abandonamos o leme e nos deixamos flutuar. O dizer de Heidegger, de que a linguagem pensa, pertence ao mais obscuro do que já foi

---

partes do texto, isso fica aqui muito visível, por conta da proximidade dos dois usos, já que a colocação de aspas volta a ocorrer imediatamente na frase seguinte. Apesar de considerar isso fruto de um simples lapso na correção do original, resolvi manter essa diferença na tradução.

36 A tradução distorce aqui a frase, de modo a manter a metáfora que ocorrerá mais adiante, quando o autor fala de “uma viagem contra a corrente”, uma viagem “rio acima” (*stromaufwärts*). No entanto, a frase original é “An einem prinzipiellen Gefälle im Umgang der Philosophie mit den Worten”.

alguma vez dito na filosofia, pois é o anúncio de falência de qualquer filosofia e a expressão mais profunda do contra-esclarecimento.

Do que foi dito resulta: mesmo que Kahn tivesse razão, de que a constelação de significados de εἶμι foi um “acaso feliz” para a filosofia (no caso de, portanto, precisarmos desse acaso factual para atentarmos para as conexões conceituais), não se seguiria daí que a orientação pelo “ser” seria de “valor permanente”. Poderemos ainda sempre aprender com os filósofos que partiram do sistema de significados que a palavra “ser” possui no grego; contudo, não porque, mas apesar do fato de que eles se orientaram por ela. E, para o nosso, assim como para todo filosofar vindouro, deve-se repudiar a irrazoável requisição (*Zumutung*) de que a orientação global por essa palavra ainda possa nos dar algo. Kahn, com sua investigação, provou o contrário daquilo que queria provar: que os atos acerca “da questão do ser” podem fechar-se, no caso de se compreender por essa questão a questão acerca *do* sentido da palavra “ser”, ou mesmo acerca do sentido *do* ser, como fez Heidegger; ou, na terminologia de Kahn, acerca do conceito *do* ser. Permanece intocada por isso, obviamente, a necessidade de orientar-se, em determinadas questões filosóficas fundamentais, por significados específicos da palavra “ser”, em especial pelo significado veritativo. Que, por exemplo, em tais oposições como a entre ser e dever, ou entre o domínio do ser e o domínio da fantasia, “ser” possua o sentido veritativo, se deixa documentar como um resultado importante das distinções de Kahn. Mas também para podermos realmente compreender os filósofos que se orientam em geral pela palavra “ser”, precisamos de tais esclarecimentos sobre o modo de uso desta palavra, tal como Kahn exemplarmente os conduziu.

Recebido em: 15.11.2013 | Aprovado em: 20.11.2013